

Medicamentos	207.661	251.923		
Demais Materiais	171.903	204.698		
	888.601	988.686		
7. IMOBILIZADO E INTANGIVEL				
a) Composição				
	2011		2010	
	CUSTO	DEPREC. ACUMUL	LIQUIDO	LIQUIDO
Adiant. a fornecedores				2.428.755
Aparelhos Med.e Cirurgicos	2.093.555	(906.302)	1.187.253	1.396.609
Benfeitorias	161.385	(49.799)	111.586	22.133
Equip. Proces. Dados	402.690	(301.231)	101.459	159.808
Equipamento telefônico	7.688	(3.959)	3.729	4.498
Equip. Laboratorio	336.370	(137.268)	199.102	232.739
Instrum. Medic. E Cirurgia	2.385.831	(766.112)	1.619.719	1.218.025
Maq. E Equip. de Escritório	104.284	(38.578)	65.706	62.107
Maq. E Equip. Hospitalares	2.390.382	(254.221)	2.136.161	218.611
Móveis e Utens. Escritório	148.935	(48.917)	100.018	82.278
(-) Subvenções a realizar	(2.237.076)	-	(2.237.076)	(2.428.755)
Intangível				
Direitos de uso de software	1.193.535	(1.069.510)	124.025	362.732
TOTAL DO ATIVO INTANGIVEL	1.193.535	(1.069.510)	124.025	362.732
b) Movimentação do Exercício 2011				
	CUSTO 31.12.10	Adições 2011	Baixas 2011	Custo 2011
Adiant. a fornecedores				2.428.755
Aparelhos Med.e Cirurgicos	2.093.555			2.093.555
Benfeitorias	50.722	110.663		161.385
Adiantamento de Fornec	2.428.755		(2.428.755)	
Equip. Proces. Dados	382.571	20.119		402.690
Equip. Telefônico	7.688			76.888
Equip.Laboratório	336.370			336.370
Instrum. Medic. e Cirurgia	1.761.866	623.965		2.385.831
Maq. E Equip. de Escrit.	90.384	13.900		104.284
Maq. E Equip. Hospitalares	301.917	2.088.465		2.390.382
Móveis e Utens. Escritório	117.821	31.114		148.935
(-) Subvenções a realizar	(2.428.755)		191.679	(2.437.076)
(-) Depreciação	(1.746.086)	(760.301)		(2.506.387)
	3.396.808	2.127.925	(2.237.076)	3.287.657
Intangível				
Direitos de uso de software	1.193.535			1.193.535
(-) Amortizações	(830.803)	(238.707)	-	(1.069.510)
	362.732	(238.707)		124.025
c) As taxa médias anuais de depreciação são: Aparelhos médicos e cirúrgicos, equipamento telefônico, Equipamento laboratório escolar, instrumento de medicina e cirurgia, máquinas e equipamentos de escritório, máquinas e equipamentos hospitalares e móveis e utensílios de escritório = 10%. - Benfeitorias = 4%, - Direitos de uso de software e equipamento processamento de dados = 20%.				
No exercício de 2011, a administração efetuou uma análise quanto à razoabilidade das taxas de depreciação praticadas e concluiu que não é necessário efetuar qualquer ajuste.				
d) Subvenções a realizar: As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica de equipamentos e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado mediante o valor correspondente a depreciação do bem.				
8. FORNECEDORES				
Descrição	2011	2010		
Materiais e Medicamentos	3.801.133	478.23		
Serviços Medicos Pessoa Juridica	1.295.753	1.058.71		
Serviços Pessoa Juridica	1.901.237	1.203.93		
	6.278.123	2.740.93		
9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS				
Descrição	2011	2010		
Salarios e ordenados	505,436	405.86		
FGTS a recolher	241.263	60.97		
Provisão de férias e encargos	728.848	628.38		
Outras Obrigações sociais e trabalhistas	248.448	145.52		
	1.723.995	1.240.74		
10. OBRIGAÇÕES FISCAIS				
Descrição	2011	2010		
Imposto de renda retido na fonte	226.314	105.35		
Imposto sobre serviços	196.750	113.87		
Pis, Cofins e CSLL Lei 10.833/03	194.864	151.86		
	617.928	371.09		

A Entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de entidade Beneficente de Assistência Social)no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) em novembro de 2009,que o encaminhou ao art. 34 da lei 12.101/09,sendo que ele não foi julgado até 31.12.2011

O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2011 por determinação do art.3º,§ 3º, do decreto n. 2.536/98 ,revogado pelo Decreto 7.237/10 que previu: " Art.8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente."

A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS , o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos.

A cota patronal está demonstrada em conta de Receitas e despesas no grupo de " Ordenados e Encargos", não afetando o déficit do exercício e montando,em 2011,a quantia de R\$ 1.855.986 (2010 – R\$ 1.717.594).

21. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Para fim único e exclusivo de divulgação, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) apurada em 2011 de R\$ 979.553 e (2010 R\$ 882.514)

22. PACIENTES ATENDIDOS

A Entidade prestou serviços apenas ao S.U.S (Sistema Único de Saúde),atendendo assim a lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Paulo Roberto Mergulhão –Presidente da Pró-Saúde

Paulo Roberto Segatelli Camara – Superintendente da Pró-Saúde

Aluizio Soares dos Santos – Contador Geral da Pró-Saúde

Cledes Aparecido Silva – Diretor Geral – CPF: 040.243.658-00

Adriana Moraes G Macagnan – Diretora Administrativa/Financeira – CPF: 030.345.056-80

Marilde Mencato – Contadora – CRC/RO 03720/O-9 S PA – CPF: 689.368.859-87

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores
Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público da Transamazônica
Examinamos o balanço patrimonial da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional Público da Transamazônica – Altamira/PA em 31 de dezembro de 2011**, e as respectivas demonstrações do deficit, das mutações do patrimônio líquido (social) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo as principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidencia a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação de riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos. O auditor considera controles internos relevantes para elaboração adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados para fazer face aos custos da operação. A mantenedora vem envidando esforços no sentido de corrigir esta relação contratual. A continuidade operacional da entidade está ligada diretamente a obtenção de recursos com entidades ligadas, esforços para a realização de forma tempestiva de seus recebíveis e até, sucesso da renegociação co contrato de Gestão com o Governo do Estado do Pará para adequação dos custos administrativos.

2). Além disso a Entidade não adota o procedimento de contratar seguros para a cobertura de seus ativos.

Altamira, 17 de fevereiro de 2012

LM AUDITORES ASSOCIADOS
CRC 2SP018.611/O-8

Mauricio Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5